

po poupança houve redução drástica, tendo 40 reais por mês de rendimento, totalizando 262 mil reais de arrecadação até novembro; l) Que o saldo atual em conta no Banco de Brasília - BRB é 10 milhões, valor esse do superávit, e na Caixa Econômica Federal - CEF 189 mil reais; m) Que a média da execução orçamentária dos quatro anos é de 9%, e a média financeira é de 2%; n) Que foi distribuído 30,9 milhões nos programas; o) Que é de praxe o Conselho tomar conhecimento e referendar, para ser publicado no Diário Oficial. Na sequência, a palavra foi aberta aos conselheiros. Tendo como primeiro inscrito, o Conselheiro Antônio Batista de Moraes lembrou que na última reunião foi discutido a possibilidade de buscar recursos para o Fundo. Informou que foi realizado um estudo sobre a viabilidade da loteria distrital e que o relatório foi apresentado ao Grupo de Trabalho do FUNDHIS. Ressaltou que visitaram os estados do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Piauí em busca de informações sobre a metodologia utilizada. No Rio de Janeiro a loteria digital está ligada ao Gabinete Civil e da Primeira Dama. Revelou que poderá ser fonte de recurso para o governo do Distrito Federal e que o Governador concordou com a possibilidade de ser trabalhada para a questão da habitação de interesse social. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, afirmou que na primeira reunião de março, o assunto será colocado em pauta. O Conselheiro Antônio Batista de Moraes pediu esclarecimento quanto ao superávit de 2016 para 2017. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, respondeu que corresponde aos 10 milhões retirado o empenho que ainda restará até o final do ano, tendo um superávit em torno de 7 milhões. O secretário executivo, Ivo Porto, explicou que ficará os 30 milhões mais o superávit. O Conselheiro Antônio Batista de Moraes questionou: a) quanto à terceira etapa do Riacho Fundo e Recanto das Emas; b) quanto à segunda etapa do Guará; c) propôs que na próxima reunião, atualize o plano quanto às resoluções aprovadas e os encaminhamentos. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, esclareceu que entrará com superávit no final da contratação, em 2018, da mesma forma que os outros do Minha Casa Minha Vida. O Conselheiro, Gilson José Paranhos de Paula e Silva, informou que para 2018 está previsto 11.918 com mais 2.697 para o Riacho Fundo e para 6.920 para o Recanto. Relembrou as discussões em torno dos valores do Mangueiral e do Paranoá. E que no Paranoá Parque, a Secretaria de Educação conseguiu viabilizar um Centro de Ensino. Por outro lado, no Riacho Fundo há projetos prontos para duas escolas e uma Unidade Básica de Saúde. Chamou a atenção para maior celeridade quanto à viabilização das obras. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, acatou a sugestão do Conselheiro, Antônio Batista de Moraes, de rever na próxima reunião do FUNDHIS as resoluções aprovadas e os encaminhamentos decorrentes. Ressaltou que há necessidade de fazer o processo, rever valor, orçamento e projeto executivo. Sugeriu que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB providencie todo o processo para que na reunião de março possa ser apresentado e relatado. O orçamento para 2017 foi aprovado, bem como a apresentação do encerramento do exercício de 2016. Item 2. Assuntos Gerais: Não houve assuntos a serem tratados neste item. Em seguida, passou ao Item 3. Encerramento: Não havendo mais assuntos a tratar, o Secretário Thiago Teixeira de Andrade encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos. JORGE ERNANI MARINHO SANTOS, Representante Suplente SEF; RAFAEL LOSCHI FONSECA, Representante Suplente IBRAM; GILSON JOSÉ PARANHOS DE PAULA E SILVA, Representante Titular CODHAB; JOSÉ ANTONIO BUENO MAGALHÃES, Representante Suplente - Área Empresarial; NILVAN VITORINO DE ABREU, Representante TITULAR - Área de Habitação; ANTONIO BATISTA DE MORAIS, Representante Titular Área de Habitação e IGOR FARIAS BASÍLIO, Representante Titular Área de Habitação.

Brasília/DF, 16 de março de 2017
 THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE
 Secretário de Estado

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVA AO PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA - PPCUB (*)

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e dezessete, no Auditório do Museu da República, situado no Setor Cultural Sul, Lote 2, próximo à Rodoviária do Plano Piloto foi aberta a Audiência Pública relativa ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB. A lista de presença encontra-se anexada ao final desta Ata. A pauta segue transcrita: 1. Leitura do regulamento; 2. Apresentação Técnica; 3. Questionamento da Plenária; 4. Encerramento. O Mestre de Cerimônia cumprimentou os presentes e para compor a mesa, convidou, a Coordenadora de Preservação da SEGETH, da Subsecretaria de Política e Planejamento - SUPLAN/SEGETH, senhora Vera Maria dos Santos Gamarski, O Subsecretário de Política e Planejamento da SUPLAN/SEGETH, senhor Vicente Correia Lima Neto, o Administrador da Administração Regional do Cruzeiro/Octogonal e Sudoeste, senhor Reginaldo Sardinha, o Secretário Adjunto da SEGETH, senhor Luiz Otávio Alves Rodrigues e o Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, senhor Thiago Teixeira de Andrade. Em seguida, o Cerimonialista solicitou aos presentes posição de respeito para a execução do Hino Nacional Brasileiro. 1. Leitura do regulamento. Em ato contínuo, procedeu à leitura do Regulamento que define o procedimento a ser adotado para o andamento desta Audiência Pública. Ressaltou que a respectiva Audiência é aberta a todos os cidadãos e que será registrada por gravação de áudio, e o material produzido comporá a memória do processo que trata o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB, tendo como objetivo discutir e angariar contribuições da população para os estudos preliminares relativos ao PPCUB. Destacou ainda, que os avisos de convocação foram publicados no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, nº 6 e 17, dos dias 9 e 24/01/2017 e em Jornais de Grande Circulação nos dias 9 e 24/01/2017, e também, no site www.segeth.df.gov.br, no link de Audiências Públicas e Consultas Públicas. 2. Apresentação Técnica: O cerimonialista convidou, também, para compor a mesa, a Diretora de Gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília da SUPLAN/SEGETH, senhora Josiana Aguiar Wanderley; A Diretora de Preservação da SUPLAN/SEGETH, senhora Ana Carolina Canuto Coelho. Passou a palavra e a coordenação dos trabalhos ao Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, que agradeceu a presença dos componentes da mesa, da sociedade civil, dos representantes de classe, lideranças de bairros, das associações. Ressaltou a importância do ano de 2017, pois completa 60 anos da escolha do Projeto Urbanístico de Lúcio Costa e, em comemoração, serão lançados projetos para adequar às cidades onde tem mais demanda de pedestres e pessoas que se utilizam o transporte público para o novo modal de mobilidade que é o ciclismo. Destacou, ainda, que esta Audiência Pública não é finalística e que será apresentado o projeto final à população, antes de ser enviado o projeto à Câmara Legislativa. Reafirmou a importância da participação da sociedade civil, que é um trampolim para um salto maior do PPCUB, considerando que é um plano de preservação, legislação de uso e ocupação do solo e plano de desenvolvimento local, no caso, para área tombada, e que estabelece diretrizes, programas e projetos especiais que deverão ser desenvolvidos no futuro, por exemplo, a revitalização da W3, projetos de requalificação e acessibilidade das áreas centrais, especialmente, setor comercial sul e norte, setor hoteleiro sul e sorte, setor bancário e autarquias. Informou que há um Grupo técnico da Segeth que produz conteúdos, pesquisas e, que inclusive está muito avançado a organização de toda a base cadastral e de dados, principalmente colocando-as em geoprocessamento cujos resultados são submetidos à Câmara Técnica do PPCUB, que é composta por membros da sociedade civil advindos do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN e do Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM, que nas reuniões no decorrer do ano 2016, debateram sobre os conceitos, concepção, valores fundamentais. O Secretário, Thiago Tei-

xeira de Andrade, iniciou a apresentação destacando: a) questões conceituais; b) definição e características das quatro escalas urbanas: monumental, residencial, gregária e escala bucólica; c) objetivo macro do PPCUB que é preservar, consolidar, salvaguardar e valorizar o conjunto urbanístico de Brasília, bem como fomentar a condição de cívicas da capital federal; d) as características fundamentais da valoração assegurada em atributos físicos e instrumentos de gestão; e) a questão da perda de densidade demográfica nas grandes cidades, e podem estimular a ocupação das áreas centrais evitando a criação de novos assentamentos; f) articulação com o PDOT e outras leis de regulamentação; g) o Fórum de debates sobre o PPCUB que será instituído pela SEGETH para participação da sociedade civil. Em seguida a palavra foi franqueada aos presentes, conforme inscrições previamente realizadas. A representante da Frente Comunitária do Sítio Histórico de Brasília, senhora Tânia Battella de Siqueira, que neste ato, representa, também, o Instituto Histórico e Geográfico - IHG/DF, o Movimento Urbanistas por Brasília, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS/DF, Conselho Comunitário da Asa Sul - CCAS e o Conselho Comunitário da Asa Norte - CCAN, procedeu a leitura de documento onde destacou os conflitos entre o novo plano de preservação que executa e implementa projetos e intervenções que impactam diretamente na área tombada, a exemplo, a nova regulamentação dos Puxadinhos, Projeto Orla Livre e outras Parcerias Público-Privadas. Ressaltou o que consta no PDOT se refere à área tombada e deve ser objeto de debate e definições nesse momento, e não de implementar sem que passe pelo Plano de Preservação. Salientou que a Portaria nº 166/2016 do IPHAN altera e dá margem para flexibilização do uso altamente perniciosa ao Conjunto Urbanístico de Brasília. Ponderou, ainda, que não foram debatidas na Câmara Técnica as seguintes questões: a) sistematização da tabela de atividades para a LUOS e PPCUB; b) elaboração do quadro comparativo do regime normativo de uso e ocupação vigente, e o regime normativos estabelecidos para o documento base do PPCUB. Revelou que as entidades representadas que assinam este documento não concordam com a aprovação do Plano com a estrutura que consta no texto base. Ao final da leitura, o documento foi entregue à coordenação da mesa. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, esclareceu que quanto aos instrumentos nas ressalvas colocadas, acha pertinente, e compatibilizar com a nomenclatura do Lúcio Costa no sentido da flexibilização de uso é totalmente possível também. Ressaltou que ninguém está querendo fazer a flexibilização de uso de forma universal, e tão pouco existe a possibilidade disso ser feito, porque essa questão de uso só pode ser estabelecida nas planilhas de uso e ocupação que está bem especificado. Com relação às tabelas de atividades, elas serão ponto de discussão posterior, em capítulo subsequente. Acrescentou, ainda, que podem melhorar a redação com a questão de centro urbano, conforme sugerido. Destacou que os projetos desenvolvidos não são de alteração ou de parcelamento, e sim, de requalificação e, principalmente, no sentido de gestão urbana e de zelo à cidade, independentemente de estar no PDOT, por exemplo, a requalificação do Setor Comercial Sul, com melhoramento das calçadas, pisos, acessibilidade, cobertura de algumas áreas destinadas para eventos, como já eram previstas no projeto original. Informou que a questão da Cidade Aeroportuária, o projeto pertence à concessionária administradora do aeroporto e será apresentado e debatido pela Secretaria. Esclareceu, também, que o projeto de revitalização da W3 não cria lotes, e sim, requalifica os espaços públicos, especificamente as quadras 111 e 112. Considerou as diretrizes pertinentes principalmente no sentido do texto legislativo, e que foram construídas baseadas no consenso, com adendos, sugestões e debates dos representantes do Grupo de Trabalho e da Câmara Técnica nas 15 reuniões realizadas, e que naturalmente serão incorporadas no documento apresentado. A senhora, Tânia Battella de Siqueira, salientou que esse foi o primeiro governo que se propôs a debater um novo PPCUB, e reforçou que as questões no entorno da área tombada também impactam e devem ser debatidas. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, ressaltou que não abrirá mão de estruturar a completude do projeto evidenciando e utilizando as áreas que estão em ociosidade. Em tempo, retificou a informação sobre a requalificação nas quadras de 111 e 112, e que na verdade, será nas quadras 511 e 512 da W3 Sul. O presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, José Daldegan Júnior, agradeceu a clara intenção do governo em iniciar um novo Plano com intuito de preservar com a participação da comunidade. Revelou a preocupação com a questão das quadras 700 Sul, que há claro interesse de alguns setores em flexibilizar o uso, considerando uma área sensível. Sugeriu que a revisão do PPCUB seja de 30 anos e não de cinco em cinco anos como proposto anteriormente. Ressaltou que não devem constar prazos para atividades e ocupações irregulares, considerando que pode ser usado como abertura para possíveis legalizações. O representante da Prefeitura da 705 Sul, Amilton Figueiredo, concordou com as falas anteriores, porém acrescentou que a composição dos monumentos envolve sua ocupação por todos e, considerou o debate um princípio importante para elaboração do Plano. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, informou que o tema foi debatido e discutido com o IPHAN para considerar que as residências das 700 continuem como unifamiliares, porém é fundamental avançar e esclarecer à comunidade que há muita invasão de área pública pelos moradores que defendem a questão do projeto original. No entanto, reporta casualmente para os parâmetros de uso, não abordando os parâmetros de ocupação da área pública, a exemplo da Asa Norte que é mais gritante nos tecidos de recorte de área de circulação. Considerou, ainda, a participação do Conselho de Planejamento Local - CLP na Câmara Técnica do PPCUB, conforme pleito do senhor José Daldegan Júnior. Ainda, sobre a sugestão de revisão do PPCUB a cada 30 anos, considerou não ser viável, uma vez que a cidade muda muito nesse período e que parte do Plano é para desenvolvimento da cidade. Ressaltou, ainda, que a disseminação da informação de preservar, resguardar e salvaguardar a cidade é feito boca a boca, em entrevistas, em meios midiáticos, e que há um grande volume de trabalhos técnicos que serão aproveitados do Plano anterior. O representante da Associação dos Proprietários do Setor de Mansões Isoladas Norte - ASPROMIN, Antônio Carlos Osório Filho, relatou sobre a falta de infraestrutura pública na região do Setor de Mansões Isoladas Norte. Ponderou que há três propostas que foram incorporadas no PPCUB, mas que a primeira necessidade é a flexibilização de usos, considerando que a área está ociosa. A segunda, que a área da UnB seja endereçada e, a terceira, sobre uma edificação abandonada localizada no Parque da Enseada que está ruindo, trazendo riscos à comunidade. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, concordou com os pleitos e esclareceu que está acontecendo reuniões com a UnB e que o Parque da Enseada está contemplado no Projeto Orla. Informou, ainda, que recebeu os documentos relativos à Vila Planalto e, que em momento oportuno, serão debatidos na Câmara Técnica. O representante dos Moradores da Vila Planalto, Nilson Alves de Lima, ponderou, também, sobre a Vila Planalto, revelou que o governador na sua campanha eleitoral prometeu dar continuidade nas entregas das escrituras, porém isto não aconteceu. Relatou, ainda, que os equipamentos tombados não estão sendo preservados. Com relação às normas de gabarito, afirma que no Projeto Orla é permitido construir quatro andares e subsolo e, que na Vila Planalto não é possível. Solicita maior atenção às demandas trazidas pelas lideranças do local, pois essas não são ouvidas pelo Governo. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, informou que a Secretaria de Cidades está com ações bem-sucedidas para limpeza e conservação das cidades, e solicitou a representante daquela Secretaria, presente nesta Audiência, a implementação do programa, também, na Vila Planalto. Ressaltou que a Vila Planalto não está fora do escopo dos projetos da SEGETH. Com relação às escrituras, afirmou que em 2017 será o ano de entregas. Observou, ainda, que há tombamentos específicos e que necessitam de articulação, inclusive, o governador convocou uma reunião com as lideranças para tratar desse assunto, porém não soube especificar a data. O Secretário Adjunto da SEGETH, Luiz Otávio Alves Rodrigues, acrescentou que desde o início da atual gestão foram realizados contatos com as

lideranças informando que havia insegurança jurídica com relação a entrega das escrituras. Ressaltou, ainda, que as lideranças da Vila Planalto participaram de diversas reuniões com o objetivo de debater a Lei 5.135, e para, também, contribuir com a construção do texto do Decreto, que inclusive foi aprovado pela Procuradoria do Governo. Salientou que o governo não trata a Vila Planalto com desrespeito, muito pelo contrário. O Senhor Pachel, representante Fórum dos Direitos Humanos, falou sobre a usina de lixo no final da L2 Sul, considerando uma questão de direitos humanos, por conta do mau cheiro naquela região. Relatou, ainda, sobre a não implantação de ciclovias e a distribuição de renda. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, informou que não cabe ao PPCUB a questão da área do lixo, que por um lado causa problemas, mas por outro, traz benefícios à cidade. Ressaltou que foram realizadas várias retomadas de áreas públicas para construção de ciclovias e mobilidade urbana. Ainda, que há preocupação com as invasões perto dos mananciais e que são questões centrais para o governo. A representante do Fórum ONG's Ambientalista, Mônica Veríssimo, observou que não viu nos instrumentos os olhares de escala, RIDE, Área tombada, Bacia do Paranoá e Unidades de Conservação. Lamentou a pouca participação popular e acreditou ser fundamental a criação e compromisso dos Conselhos locais, porque eles compõem todo o Plano, e que o vazio é extremamente perigoso, porque os pedidos serão feitos nos ouvidos dos deputados no momento em que tiverem votando e debatendo com o executivo. Ressaltou, ainda, que o Plano não está dando o valor necessário para a Bacia do Paranoá. Que o Plano deve considerar a área ambiental e o ZEE deve considerar a questão ambiental. Solicitou a volta das estradas Parques que foram descaracterizadas com a destruição das vegetações nas obras, sem qualquer preocupação com o replantio. O representante da Universidade de Brasília, Benny Schvarsberg, sugeriu que as Audiências Públicas do PPCUB sejam divididas em temas e devem reforçar o conceito do pedestrianismo, que é um tema ameaçado devido às invasões, e que atualiza o conceito da livre circulação e valoração do espaço público. Recomendou como tema para a próxima audiência, as relações e complementariedade entre as Portarias e o PPCUB para que não venham prejudicar a gestão pública. Sugeriu, também, um quadro comparativo do que realmente está sendo alterado no Plano, no intuito de dar produtividade as Audiências Públicas. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, concordou que o formato é pouco produtivo, mas é regimental e mesmo as falas que fogem do tema não são cerceadas, pois podem contribuir com outros pontos importantes. Ressaltou que a Câmara Técnica seja o locus do regime de oficina, como já tem acontecido, e que seria essencial a apresentação e a associação do pedestrianismo aos projetos de requalificação dos espaços públicos, previamente ao lançamento dos programas, para que a população contribua com críticas e sugestões. A representante dos moradores da SQS 312, Maria Leticia Lemos, relata que é necessário finalizar a cidade, incentivando a ocupação de terrenos vazios e originais, valorizando o conceito de superquadras e unidades de vizinhança. Sugeriu que devem incentivar a ocupação e estimular outros usos com equipamentos de baixa incomodidade, apoiando os moradores e evitando o abandono dessas áreas. Esclareceu que esse é um debate para uma Audiência Pública específica, porém não tem observado nas Câmaras Técnicas resistência a essa sugestão. A presidente do Clube da Vizinhança Norte, Naiara Lourenço, relatou sobre a diminuição da área do clube vizinhança da Asa Norte, o que o Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, esclareceu que esse assunto já passou por um rito de mediação, devido ao conflito com a Escola Vivendo e Aprendendo. Que não há uma destinação do terreno para o clube, e que foi pactuado a divisão de 6.750m² para o clube e 2.250m² para a escola. Entretanto, não foi dada a posse definitiva do terreno pelo governo. Esclareceu, também, para a representante dos compradores de Lote da Vila Planalto, Helena Borges, que o Decreto diz que o requerente não pode ter outro imóvel e que as vantagens são de cunho social. Ainda, que não há intenção do governo em fazer dinheiro com a venda dos terrenos da Vila Planalto, e que somente os pioneiros de fato receberam doação, entendendo que, o pioneiro que vendeu seu direito já foi indenizado em primeiro momento. A representante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU da Universidade de Brasília - UnB, Lisa Maria de Sousa Andrade, discorreu sobre a cidade sensível a água. Sugeriu que o tema águas urbanas devem ser acrescentadas nas discussões do PPCUB, e que a Bacia do Paranoá entrando para o sistema de abastecimento de água é preciso produzir água, e que os parâmetros locais de infraestrutura ecológica é que farão a diferença. Ainda, que se a drenagem natural não for trabalhada, o Lago Paranoá continuará sendo assoreado. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, convidou a senhora Lisa Andrade para fazer uma apresentação na Câmara Técnica do PPCUB. O Subsecretário de Política e Planejamento - SUPPLAN/SEGETH, Vicente Correia Lima Neto, informou que foi criado um grupo de pesquisa dentro da Secretaria para tratar da morfologia urbana e serviços ecossistêmicos, ao que convidou a senhora Lisa Andrade e a senhora Mônica Veríssimo para apresentarem seus trabalhos e participarem dos estudos. Esgotado os debates e a pauta proposta, o Secretário Thiago Teixeira de Andrade encerrou a primeira Audiência Pública do PPCUB, agradecendo a presença de todos e parabenizando o pleno pelos ricos debates. THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE - Secretário de Estado da SEGETH, LUIZ OTAVIO ALVES RODRIGUES - Secretário Adjunto da SEGETH, VICENTE CORREIA LIMA NETO - Subsecretário de Política e Planejamento Urbano - SUPPLAN/SEGETH, VERA MARIA M. GAMARSKI - Coordenadora da DIPRE/SUPPLAN/SEGETH, ANA CAROLINA CANUTO COELHO - Diretora DIPRE/SUPPLAN/SEGETH e JOSIANA AGUIAR WANDERLEY - Diretora DIGEB/COPRESB/SUPPLAN/SEGETH.

(*) Republicada por ter sido encaminhado com incorreção no original, publicada no DODF EDIÇÃO EXTRA Nº 13, 13/03/17, págs. 1 e 2.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

FUNDO ÚNICO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às nove horas, no Ed. Sede da SEMA/DF - sala de reuniões, 4º andar, ocorreu a décima reunião ordinária do Conselho de Administração do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal - CAF/FUNAM-DF, sob a seguinte pauta: Item 1: Apresentação do relato (pareceres técnicos) dos projetos: a) "CONCURSO DE ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS" (conselheiro Douglas) b) "CONCURSO DE INICIATIVAS RURAIS SUSTENTÁVEIS" (conselheira Tânia). Item 2: Apresentação do projeto a) Livro: "A poética do Cerrado"; Item 3: Outros. Fizeram-se presentes o Senhor CARCIUS AZEVEDO DOS SANTOS, Conselheiro Titular da SEMA/DF e Vice Presidente do CAF/FUNAM, que presidiu a reunião e os demais conselheiros: Sr. IVENS DO AMARAL DRUMOND, Conselheiro Suplente da SEMA/DF; Sr. LEONEL GRACA GENEROSO PEREIRA, Conselheiro Titular do GDF; Sra. TÂNIA APARECIDA SILVA BRITO, Conselheira Suplente do IBRAM/DF, Sr. DOUGLAS JOSE DA SILVA como Conselheiro Suplente da Universidade Católica de Brasília - UCB, Sr. LUIZ FERNANDO FERREIRA, Conselheiro Titular do Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB; JOCIVANE DE SOUZA BRITO, Secretário Executivo do FUNAM/DF e a Sra. NAZARE

SOARES, Subsecretária de Administração Geral - SUAG/SEMA e ordenadora de despesa do FUNAM/DF. Os demais conselheiros (as) não justificaram a ausência. Procedendo-se a segunda convocação e constatado o quórum o Sr. CARCIUS AZEVEDO deu início à reunião expondo que essa convocação ordinária visa tratar da pauta enviada aos conselheiros. A seguir passou a ler os pontos: Item 1: Apresentação do parecer técnico do projeto: a) "CONCURSO DE ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS" pelo conselheiro Sr. DOUGLAS JOSÉ DA SILVA. Para o conselheiro a viabilidade técnica do projeto depende de alguns ajustes no Termo de Referência (TdR) e no Formulário de Apresentação do Projeto (FAP). As sugestões foram as seguintes: i) compatibilizar melhor o Objetivo Geral com os Objetivos Específicos; ii) detalhar melhor a metodologia e o alcance das metas; iii) Descrever o Cronograma de Execução e prazos correspondentes a cada etapa do projeto. O voto do conselheiro foi pela aprovação do projeto mediante tais ajustes em consonância com o Termo de Referência (TdR) do projeto. O Vice-Presidente do CAF/FUNAM, Sr. CARCIUS AZEVEDO DOS SANTOS deixou a cargo da Secretaria Executiva do FUNAM articulada com as áreas técnicas, a responsabilidade do cumprimento das demandas e ajustes necessários para a boa execução do projeto; Apresentação do parecer técnico do projeto: b) "CONCURSO DE INICIATIVAS RURAIS SUSTENTÁVEIS" pela conselheira Sra. TÂNIA APARECIDA SILVA BRITO. Para a conselheira, o Termo de Referência (TdR) do projeto restringiu o objeto original que foi apresentando anteriormente na 18ª Reunião Extraordinária do CAF. A conselheira apresentou algumas sugestões: i) Que as boas práticas na produção, independente da ocorrência em propriedade familiar ou em grandes propriedades, possam premiar pequenos e grandes produtores; ii) Que o edital adote critérios de premiações por 2 (duas) categorias: pequenos produtores (propriedades até 20 ha) e grandes produtores (propriedades acima de 20 ha); iii) Nos critérios de análise sugeriu incluir o reconhecimento/incentivo às práticas sustentáveis conservacionistas; iv) A conselheira também sugeriu levar em consideração outras práticas rurais sustentáveis tais como: pastoreio voisin, fossas sépticas e práticas que garantam a produção de água nas propriedades; v) Nos resultados esperados sugeriu o fortalecimento de boas práticas agrícolas sustentáveis, que promovam, ao mesmo tempo, a segurança alimentar e a manutenção da conservação e recuperação da qualidade ambiental; vi) Sugeriu ainda que nos critérios de análise da comissão examinadora esteja previsto visitas in loco às experiências. O voto da conselheira foi pela aprovação do projeto, com a incorporação das sugestões mencionadas acima. O Vice-Presidente do CAF/FUNAM, Sr. CARCIUS AZEVEDO DOS SANTOS aprovou junto com o conselheiro o projeto e solicitou que uma forma de atender pequenos, médios e grandes produtores seria o estabelecimento de premiações diferenciadas em 2 (duas) categorias: i) Pequenos produtores: 10 prêmios de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); ii) Médios e Grandes produtores: prêmios de honra ao mérito. A sugestão do Vice-Presidente do CAF/FUNAM foi acatada pelos conselheiros ficando sobre responsabilidade da Secretaria Executiva do FUNAM em conjunto com as áreas técnicas a articulação destes ajustes. Item 2: Apresentação do projeto a) Livro: "A poética do Cerrado": o Vice Presidente do CAF/FUNAM, Sr. CARCIUS AZEVEDO DOS SANTOS retirou da pauta o projeto do livro "A poética do Cerrado" uma vez que o mesmo será financiado pelo orçamento da própria Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA/DF; Item 3: Outros: a) Foi indagado pelo conselheiro Sr. LUIZ FERNANDO FERREIRA se haveria a possibilidade de remunerar aqueles que atuassem como jurados no "Concurso de Iniciativas Sustentáveis", fossem estes membros do Conselho ou não. O Vice-Presidente do CAF/FUNAM, Sr. CARCIUS AZEVEDO DOS SANTOS ficou de verificar com a área técnica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/DF quanto a concessão do pleito. O técnico do FUNAM, Sr. PAULO HENRIQUE BASTOS DOS SANTOS explicou que segundo o Regimento Interno (art. 14, Inciso III) os recursos originados do FUNAM/DF não podem ser utilizados para pagamento de jeton de membros do CAF, mas que isso poderá ser discutido no projeto de redesenho do fundo, se assim o conselho entender. O conselheiro Sr. IVENS DO AMARAL DRUMOND salientou também que esta "indenização remuneratória" só poderia ser criada por força de lei específica; b) Ficou definido também pelo CAF que as comissões julgadoras dos concursos aprovados sejam apresentadas pela Secretaria Executiva do FUNAM, com listas prévias compostas por servidores da SEMA, IBRAM, membros do conselho, especialistas e também pessoas de notório saber científico, como também a confecção de um formulário padrão (checklist) que auxilie a comissão julgadora; c) Foi solicitada pelo conselheiro Sr. DOUGLAS JOSE DA SILVA a emissão de uma declaração simples contendo as principais funções e atividades dos membros do CAF/FUNAM a ser apresentada na próxima reunião do conselho; d) Quanto aos projetos anteriormente apresentados (Museu Virtual da Estação Ecológica de Águas Emendadas - ESECAE (IBRAM/DF) e Monitoramento de Médios e Grandes Mamíferos no DF e Entorno (IBRAM/DF), a Secretaria Executiva do FUNAM/DF estará encaminhando os Formulários de Apresentação de Projetos e o modelo padrão do Termo de Referência (TdR) para preenchimento pelos seus respectivos proponentes. Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente deu por encerrada a Décima Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal - CAF/FUNAM. A presente ATA foi lida, aprovada e assinada nesta reunião, e a mesma será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 17 DE MARÇO DE 2017. (*)

Estabelece diretrizes gerais para o processo de Alocação Negociada de Água em corpos de água de domínio do Distrito Federal e naqueles delegados pela União e Estados. O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria Colegiada, com base na Lei Distrital nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, art. 7º, incisos III e IV, e art. 8º, incisos I, II, III, VII, VIII e XVII; na Lei Distrital nº 2.725, de 13 de junho de 2001, art. 2º, incisos IV, VI e VII, e considerando: a) competência da ADASA para regular, outorgar e fiscalizar o direito de uso dos recursos hídricos em corpos de água do Distrito Federal; b) competência delegada à ADASA para emissão de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União no âmbito do Distrito Federal; c) necessidade de planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de escassez hídrica no Distrito Federal; d) necessidade de se estabelecer procedimentos que orientem o processo de Alocação Negociada de Água em bacias com baixa disponibilidade hídrica, resolve: Art. 1º Estabelecer diretrizes gerais para o processo de Alocação Negociada de Água em corpos de água de domínio do Distrito Federal e naqueles delegados pela União e Estados.